

A INFORMAÇÃO NA REDE DE BIBLIOTECAS GULBENKIAN

Tratamento centralizado / Acesso descentralizado

por *Maria Cristina Prates**

Resumo:

A Fundação Calouste Gulbenkian começou há quatro décadas a prestar um serviço de leitura ímpar no País e continua apostada em desenvolver essa actividade, acompanhando o progresso tecnológico e integrando-se no actual contexto. Continua, ainda, a ocupar um importante espaço na dinamização da leitura e na luta contra a iliteracia.

Sem infra-estruturas só haverá projectos. Por esta razão, é das infra-estruturas que esta comunicação se ocupa, revelando o que de mais significativo tem vindo a ser feito no departamento de documentação do Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura.

THE INFORMATION IN THE GULBENKIAN LIBRARIES NETWORK

Centralised treatment / Decentralised access

Summary:

The Calouste Gulbenkian began four decades ago supplying a service of libraries unmatched in the country and it is still interested in the development of that activity, following the technological progress and integrating in the actual context. The Foundation is still occupying an important space in implementing reading services and in the fight against illiteracy.

Without basic organisation we would only have projects. For this reason, it is the internal organisation we are speaking about, revealing that the most important change has been made in the section of documentation of the Libraries Service and Reading Support.

INTRODUÇÃO

«Quando o homem não procura o livro, ou porque não tem condições financeiras para o comprar, ou porque habita longe dos centros populacionais, onde mais facilmente o poderia adquirir, ou porque ignora, até, a existência dos que melhor satisfariam as suas necessidades profissionais, espirituais ou recreativas, quando o homem, por qualquer motivo, não se interessa pelo livro e não busca a sua convivência, o livro tem de procurar e interessar o homem, para o servir, quer instruindo-o, quer recreando-o».

Foi com estas palavras que Azeredo Perdigão resumiu, em 1959, a finalidade das Bibliotecas Itinerantes ¹.

* Bibliotecária Principal - Coordenadora do Departamento de Documentação do Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, da Fundação Calouste Gulbenkian.

Na verdade o Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian começou a funcionar há precisamente 40 anos, em Maio de 1958. Foi seu primeiro director Branquinho da Fonseca (1958-1974) e em finais de 1958 já existiam 50 unidades móveis que serviam 68 concelhos e uma população de 1.260.339 habitantes.

Inicialmente pensou-se numa rede de unidades móveis apenas, mas logo em 1961 se verificou que seria necessário o estabelecimento de unidades fixas e o serviço passou a designar-se por Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas.

Começou, desde então, a verificar-se um crescimento contínuo de bibliotecas fixas e itinerantes. As bibliotecas itinerantes, que atingiram um total de sessenta e duas, têm vindo a ser transferidas para a titularidade das Câmaras Municipais, desde 1991, e espera-se que, até 1999, sejam entregues às autarquias, as que ainda pertencerem à Fundação

A rede de bibliotecas fixas que teve um crescimento exponencial e chegou a incluir perto de 200 bibliotecas está a ser redimensionada, no sentido de serem criadas melhores condições de funcionamento o que exigirá, por parte das Câmaras, um esforço no sentido de serem disponibilizados espaços mais adequados e pessoal qualificado e, por parte da Fundação, a permanente actualização dos seus fundos bibliográficos, bem como o apoio técnico e o planeamento de acções de dinamização e extensão cultural.

O Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura - designação que se adoptou em 1993² - tem procurado dinamizar as bibliotecas recorrendo a actividades culturais diversas, que visam motivar os leitores para a sua frequência e aumentar a apetência para a leitura.

Quando Branquinho da Fonseca assumiu o cargo de director do Serviço de Bibliotecas Itinerantes da F.C.G. já trazia consigo um capital de experiência que muito terá contribuído para o êxito do novo Serviço. Conservador do Museu-Biblioteca Conde Castro Guimarães, desde 1943³, conseguiu o apoio da Câmara Municipal de Cascais, à qual pertencia aquele Museu-Biblioteca, para organizar um serviço de empréstimo com biblioteca móvel - a primeira biblioteca móvel portuguesa - que se deslocava às aldeias daquele Concelho. Branquinho da Fonseca conhecia a organização das bibliotecas existente nos países de cultura inglesa e escandinava, nomeadamente os serviços de empréstimo gratuito de livros e implementou-o no Concelho de Cascais. Fez, ainda, tentativas de alargar a sua experiência a outros Concelhos do País, mas apesar do sucesso que o novo serviço da Câmara Municipal de Cascais teve inicialmente e de o mesmo ter sido objecto de artigos em vários jornais do País, não foi conseguida a sua expansão. Jaime Cortesão comenta num artigo publicado no jornal «Estado de S. Paulo», em 1954: «Passados dois anos sobre o início desta tentativa e do seu êxito, já celebrado nos quotidianos de Lisboa, e apesar de algumas Câmaras do País logo de começo haverem pedido informações, prontamente remetidas, sobre o funcionamento da biblioteca itinerante,

o exemplo que o saibamos, não frutificou.» E pergunta: «Porquê? Terá acaso murchado em Portugal a flor da simpatia e fraternidade humana, tão auspiciosamente desabrochada nesta vila da Beira-Mar?»

E Branquinho da Fonseca escreve no Diário Popular de 6-12-56 «Os artigos aqui publicados, vai para dois ou três anos, tiveram eco em todo o País, como foi provado por ofícios dos presidentes de várias Câmaras Municipais, que solicitaram informações, modelos de impressos e regulamentos. Os serviços da Câmara responderam com diligência e essas entidades interessadas, tendo algumas chegado a votar verbas para a organização de bibliotecas itinerantes. Outras consideraram simplesmente a benéfica hipótese. Entre aquelas e estas citamos, Sintra, Barreiro, Lisboa, Torres Vedras, Vila Nova de Famalicão, Caldas da Rainha, Lourenço Marques. Lisboa inaugurou, há dias, um serviço de empréstimo, no género do que existe em Coimbra e em outros lugares. Das outras Câmaras de que tivemos notícia, directa ou indirectamente, sabemos que algumas nada fizeram, embora ainda não desistissem do benemérito propósito; outras não sei em que pararam a ideia. Mas cremos que ficou nos arquivos dos belos sonhos. E isto é lamentável. Tanto mais quanto é obra verdadeiramente possível de realizar.» Em Portugal era às Câmaras Municipais que competia fundar Bibliotecas.

CONTEXTO NACIONAL

Como é sabido, o segundo quartel do Séc. XIX, as bibliotecas dos Estados Unidos da América já conheciam grande progresso que a lei de Witt Clinton lhes conferiu em 1835, tal como na Inglaterra devido às disposições adoptadas por William Ewart em 1850 e na França através da Sociedade de Franklin. As «free libraries» americanas e inglesas eram instrumentos verdadeiramente úteis na vida social, eficazes meios de educação indispensáveis à ordem de uma sociedade democrática e apropriados para elevar o nível cultural das populações através da auto-educação. A biblioteca de cultura popular assim concebida, aperfeiçoada com rápidos sistemas de informação e preparada para o ensino prático, é uma verdadeira «self-instruction», factor essencial para a prosperidade de uma nação⁴.

Em Portugal fizeram-se tentativas para a fundação de bibliotecas públicas em cada um dos distritos na sequência da lei que ordenava a criação de bibliotecas nas capitais de distrito, em 1836, mas só depois da primeira tentativa de organização de um Ministério da Instrução Pública, em 1870, as bibliotecas populares eram concebidas em moldes internacionais.

O relatório do decreto de 2 de Agosto de 1870, firmado pelo Duque de Saldanha, José Dias

Ferreira, Conde de Magalhães, D. Luís da Câmara de Lemos e D. António da Costa Macedo, estabelecia princípios actuais no que diz respeito às então chamadas bibliotecas populares: «É da natureza das bibliotecas populares abranger duas classes de obras: as que encerram os conhecimentos gerais e as que se ocupam de cada uma das profissões, agrícola industrial, comercial e artística, inventos, aplicações, modelos; são assim tais bibliotecas para todos e para cada um. O nosso projecto assenta nesta base.

Outro fim importante tivemos em vista estabelecendo a leitura nos domicílios».

O regulamento publicado no ano imediato era bem elucidativo quanto ao esforço dos poderes públicos no sentido de uma mobilização para a leitura, que se praticava naquelas bibliotecas ou se propunha domiciliária. Toda esta legislação constituía uma planificação de leitura pública extensiva a todo o país, que assim ficaria a par dos sistemas mais desenvolvidos da Europa. Porém, verificaram-se muito poucas realizações com carácter de continuidade e essas iniciativas ficaram a dever-se a esforços de pessoas isoladas, sem que as instituições oficiais tivessem possibilidades de criar e ampliar decisivamente o gosto pela leitura e salientar a sua importância para o progresso do país⁵. Ao cuidado das corporações administrativas que não dispunham de recursos financeiros e humanos, nem preceitos técnicos e sem o apoio do poder central, estas bibliotecas não tinham condições para se desenvolverem e estagnaram.

A legislação republicana procurou resolver este problema e tentou uma profunda reforma que dividia as bibliotecas em três classes: erudita, populares e móveis.

As bibliotecas populares serviam para a «vulgarização, expansão e propaganda do livro» e algumas eruditas, como a Biblioteca Nacional de Lisboa, deviam instituir secções populares; todas as Câmaras Municipais eram obrigadas a fundar bibliotecas deste género e as que já as possuíssem formavam também secções populares; nestas instituições era permitido também o acesso a crianças a partir dos seis anos de idade, com o objectivo de lhes despertar o gosto pela leitura e assim ser preparada uma «nova geração consciente dos seus deveres e direitos»; era facultada a leitura diurna, nocturna e domiciliária. As bibliotecas móveis⁶ funcionavam nas escolas primárias e eram constituídas por colecções de livros enviados pelas bibliotecas populares e deviam contribuir para a «expansão do livro e da propaganda da leitura».

O decreto reformador firmado por António José de Almeida teve o mérito de dar um impulso às bibliotecas portuguesas e de introduzir um princípio técnico de grande alcance: a centralização dos serviços no que diz respeito à conservação das espécies bibliográficas, à inspecção e até à fundação de bibliotecas.

Foi criada a Inspecção das Bibliotecas e uma Junta Consultiva que dava pareceres sobre a organização dos serviços e regulamentos de bibliotecas e arquivos.

Contudo, as bibliotecas públicas e de associações continuaram numa situação precária e em 1931 surge novo decreto que foca essencialmente a necessidade de encarar seriamente o recrutamento e formação do pessoal; a imperfeição dos meios informativos de que dispunham; a urgência do catálogo colectivo das principais bibliotecas; a importância de vitalizar os estabelecimentos bibliotecários; o propósito da criação de bibliotecas populares, da educação pela leitura e da organização de bibliotecas nos hospitais, prisões, arsenais e fábricas do Estado, jardins e outros centros de reunião popular.

No capítulo 5º do seu relatório, acima referido ⁷, Azeredo Perdigão, desenvolve o tema «Alguns dos problemas essenciais da educação que a Fundação pode ajudar a resolver», referindo a legislação emitida pelo Ministério da Instrução Pública e a criação da Junta de Educação Nacional com vastas atribuições nos domínios cultural, educativo e artístico.

Em 1936 aquele ministério passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional e Azeredo Perdigão afirma «...o Governo considerava que não era bastante instruir, mas que se tornava também necessário educar, verdade esta que há muito tem o valor de postulado» e acrescenta «no sector da educação, as acções da Fundação, pelo que respeita a Portugal, tem-se exercido, principalmente por via da concessão de bolsas de estudo, instalação e manutenção de uma larga rede de bibliotecas itinerantes, apoiadas em pequenas bibliotecas fixas, uma e outras constituídas por obras de fundo e por obras modernas, e ainda mediante o patrocínio de variadas actividades circum-escolares».

O Ministério da Educação Nacional tinha criado em 1953 um serviço de bibliotecas Circulantes compreendendo unidades de três letras tipos A, B e C, caracterizadas pelo tipo de leitores a que se destinavam: assim, os livros eram distribuídos em caixas de madeira também elas em três formatos diferentes consoante os tipos de leitores, que ficavam depositados em unidades militares, grémios, fábricas, sindicatos, juntas de freguesia, casas do povo e associações particulares. Periodicamente, os livros que continham as ditas caixas eram substituídos. Eram enviados livros para as escolas primárias (fundos de 100 a 150 livros).

A Câmara Municipal de Lisboa comprara em 1956 e distribuía pelas sedes das juntas de freguesia caixas contendo livros (1000 a 1500 cada uma) que se destinavam ao empréstimo domiciliário, mas esse serviço tinha deixado de funcionar regularmente, como inicialmente tinha sido planeado.

Como vimos, a primeira Biblioteca Itinerante portuguesa foi a da Câmara Municipal de Cascais, mas o seu exemplo não frutificou noutras Câmaras Municipais.

Foi neste contexto que a Fundação Gulbenkian resolveu organizar um serviço de Bibliotecas Itinerantes que progressivamente veio a cobrir todo o país. Criou-se uma rede de unidades móveis, que levavam o livro a populações isoladas. O atraso cultural a nível nacional justificou plenamente

esta iniciativa.

Após o 25 de Abril de 1974 foram planeadas acções com um objectivo de dinamizar a Sociedade de Informação, mas “não se pode dizer que a questão das bibliotecas tenha sido uma preocupação prioritária da Revolução dos Cravos”⁸. Em Portugal o atraso na mudança de mentalidades e na legislação necessária era grande. Hoje, as fronteiras culturais são cada vez mais ténues, a informação não tem barreiras e as manifestações da Sociedade de Informação afectam o nosso quotidiano.

Necessariamente as Instituições têm de se adaptar a esta realidade e progressivamente tem-se verificado a concretização de projectos que dormiam à sombra de legislações nunca concretizadas.

O Instituto Português do Livro criado em 1980 tinha como objectivo principal “zelar pela defesa, protecção e expansão do livro, enquanto instrumento de cultura”, mas não estava explícita a forma de concretizar esse objectivo. Em 1987, foi criado o Instituto Português do Livro e da Leitura com o objectivo de definir e assegurar, a nível nacional, a coordenação e execução de uma política integrada do livro não escolar e da leitura pública” (Decreto- Lei nº 71/87, de 11 de Fevereiro). Começou a concretizar-se o plano gizado para a criação de bibliotecas públicas, através do apoio à criação de bibliotecas públicas municipais.

Em 1996 foi elaborado o «Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal» por um grupo de trabalho nomeado para o efeito que propôs novas linhas de acção para o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Públicas, no âmbito do agora denominado Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

Foram definidos programas-tipo de bibliotecas - B.M.1, B.M.2 e B.M.3 consoante a população dos diferentes concelhos é inferior a 20.000 habitantes, entre 20.000 e 50.000 e superior a 50.000 habitantes respectivamente⁹.

A rede de leitura pública tem vindo a crescer mediante os contratos-programa estabelecidos entre o Ministério da Cultura e os Municípios. Desde 1988 até finais de 1997 foram inauguradas 72 bibliotecas no continente.

Consequentemente, não fará sentido a manutenção e muito menos a implementação de bibliotecas Gulbenkian onde existem as Municipais da rede de leitura pública. No entanto, várias Câmaras têm pedido à Gulbenkian a doação de fundos para integrarem nas suas bibliotecas.

A Gulbenkian tem vindo a redimensionar a sua rede de acordo com as condições existentes a nível nacional, tanto no continente como nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Da sua rede constam bibliotecas exclusivamente pertencentes à Fundação, bibliotecas dependentes de protocolos com as autarquias e bibliotecas com projectos de Bibliotecas Municipais aprovados pelo IPLB. Estas têm vindo a ser extintas ou doadas, consoante acordos pontuais, à

medida que vão sendo inauguradas e integradas na rede de leitura pública.

As bibliotecas fixas da rede Gulbenkian, em número 172, estão classificadas de acordo com a população que servem e as condições de funcionamento.

São elas:

A- BF servindo localidades com população acima de 15.000 hab.;

B- BF servindo localidades com população entre 5.000 e 15.000 hab.;

C- BF servindo localidades com população até 5.000;

Pólos de Leitura - são considerados transitoriamente quando existam condições pouco favoráveis ao funcionamento da biblioteca e utentes que justificam a sua existência. São envidados esforços para melhorar essas condições e transformar esses pólos de leitura em bibliotecas.

As bibliotecas itinerantes da Gulbenkian são em número de 10. São também abastecidas 24 bibliotecas itinerantes que funcionam dependentes das bibliotecas municipais.

Também estão a ser abastecidas 5 Bibliotecas Itinerantes em Cabo Verde.

A Gulbenkian continua a colaborar intensamente na cobertura do país com uma rede de bibliotecas, não só actualizando e enriquecendo os seus fundos, mas também organizando nelas um vasto conjunto de acções de animação, com vista a despertar e dinamizar o interesse pelo livro e pela leitura junto das populações.

As bibliotecas itinerantes, por decisão do Conselho de Administração, de 1991, serão progressivamente doadas às autarquias.

No que diz respeito às bibliotecas fixas verifica-se um redimensionamento da rede no sentido de permanecerem as que se encontrarem em condições de pleno funcionamento e de serem criadas novas bibliotecas em autarquias onde não existam bibliotecas nem estejam previstas a curto prazo.

ORGANIZAÇÃO:

1• Os primórdios

O Serviço de Bibliotecas Itinerantes foi logo de início planeado segundo o princípio do tratamento do livro centralizado, na sede da Fundação, e a distribuição dos livros segundo critérios adequados ao tipo de bibliotecas e utentes a que se destinavam. Foi prioritariamente adoptado o livre acesso às estantes e o empréstimo domiciliário foi regulamentado também desde o início.

Também a aquisição dos livros era feita por decisão do Director mas obedecendo a critérios que tinham a ver com o tipo de leitores a que se destinavam e com a dimensão do acervo, o qual, por sua vez, estava relacionado com o número de habitantes que servia.

No texto «Breve justificação das bibliotecas itinerantes e algumas informações acerca do seu funcionamento»¹⁰ Branquinho da Fonseca refere pormenores do seu funcionamento e define a política de aquisições:

- 1) «Uma biblioteca itinerante é simultaneamente de cultura geral, de educação e de recreio.
- 2) E assim serão excluídos, em princípio, as obras de estudo e de grande especialização. Não deve, contudo, esquecer-se que uma das suas finalidades é instruir e documentar, sendo, por isso, de admitir que leve alguma ajuda aos que estudam ou preparam um exame, em qualquer lugar isolado.
- 3) Tendo como característica especial a mobilidade, daí resulta um perfeito contacto com o público e uma expansão que as bibliotecas fixas não podem alcançar.
- 4) Cada biblioteca, trabalhando em ligação com um depósito central, servirá um número de povoações que permita estabelecer uma conveniente periodicidade de visitas, não devendo o intervalo entre cada visita exceder 30 dias.»

E mais adiante:

«As bibliotecas disporão de obras próprias para a infância, para adolescentes e para adultos, incluindo secções de História, Literatura, Belas-Artes, Educação, Biografias, Ciência, Agricultura, Artes e Ofícios, etc.»...

E ainda: «O primeiro dever do bibliotecário é conhecer o público a que se dirige, considerando as categorias profissionais nele representadas»...

«Os livros serão escolhidos por uma Comissão de pessoas cultas e de perfeita idoneidade moral.»

Uma vez adquiridos, os livros eram catalogados e classificados por assuntos, eram elaborados catálogos e listas de livros para serem distribuídos pelos leitores.

serviço surgiu planeado de forma a que a aquisição, o tratamento biblioteconómico das espécies adquiridas e a produção de documentos secundários tivessem lugar na sede do Serviço, onde existia um sector técnico que procedia a todas essas tarefas.

2• Actualidade

A estrutura centralizada, quer no tratamento documental, quer na adopção das mesmas regras de funcionamento, emanadas pelo SBAL, mantém-se 40 anos volvidos e é, em nossa opinião, a garantia de economia de meios materiais e humanos e da normalização no tratamento, e, consequentemente da qualidade da informação facultada ao leitor.

O serviço tem vindo a ser estruturado solidamente, de acordo com os processos técnicos existentes nos países culturalmente mais avançados e, embora com altos e baixos, procurou ao longo destes 40 anos, adaptar-se às condições existentes a nível nacional preenchendo lacunas no domínio

da leitura pública e cooperando com os autarcas mais conscientes da necessidade duma mais eficaz luta contra a iliteracia.

Consciente da grande mudança verificada na sociedade dos nossos dias e do projecto de desenvolvimento da rede nacional de leitura pública, o Serviço mudou de nome - Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura - como referimos, mas há que ter em conta a infra-estrutura que permite, com o recurso a meios tecnológicos e humanos, disponibilizar a informação, valorizar os acervos e desenvolver as actividades, em suma, otimizar todos os recursos acumulados durante 40 anos, mas também preparar o futuro deste Serviço nas suas diferentes vertentes.

Efectivamente, a presença de Bibliotecas Gulbenkian, cuja rede tem vindo a ser redimensionada no sentido de melhor servir os utentes e preencher as lacunas existentes a nível nacional, continua a ter razão de ser junto de populações carenciadas de informação.

Otimizar recursos significa também ter um quadro muito claro da população que servimos. Existe uma preocupação constante em manter uma contínua avaliação das Bibliotecas, recolhendo indicadores que permitam à Direcção a política a adoptar e ao Serviço organizar-se adequadamente.

São recolhidos sistematicamente dados estatísticos relacionados com o movimento da leitura de presença e domiciliária, com o perfil dos leitores e com as idades destes, e ainda, dados relativos ao crescimento do acervo e sua actualização.

A nossa acção não se esgota na criação de bibliotecas ou com a organização de um fundo inicial, procuramos renovar fundos bibliográficos e actualizar acervos, dando continuidade às iniciativas que empreendemos. Também já não faz sentido adquirir apenas de livros e proceder à sua distribuição, estamos atentos aos materiais não livro existentes no mercado e procuramos criar condições de acesso a estes.

A política de aquisições seguida tem em conta o público alvo de forma a satisfazer os seus interesses no domínio da informação, mas também a criar apetência para novas leituras e para os novos suportes de informação.

Os protocolos de colaboração com as autarquias prevêm o fornecimento de fundos bibliográficos e de documentos não livro, já submetidos ao tratamento catalográfico, classificados e cotados, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Departamento de Documentação do SBAL.

Por outro lado, todas as acções de apoio à leitura são planeadas de acordo com o Departamento de Documentação de forma a este preparar e distribuir os documentos necessários.

A informatização deste Departamento começou em Outubro de 1996.

O serviço dispõe de um software que permite fazer o pré-registo das obras propostas para aquisição, a recolha dos pareceres elaborados por uma comissão nomeada para o efeito ¹¹, e converter todos os pré-registos em registos, sempre que essas obras sejam adquiridas.

No que diz respeito ao tratamento biblioteconómico temos a tarefa facilitada, pois, não trabalhamos isolados. Não faz sentido, hoje em dia, proceder à conversão retrospectiva sem recurso ao que já foi feito por outros.

Assim, quando iniciámos o tratamento biblioteconómico assistido por computador, em 1996, fizemos um protocolo com a B.N. segundo o qual acedemos em linha à base de dados nacional e capturamos registos. De igual modo, não iniciamos a catalogação de novas espécies sem prévia pesquisa na Base de Dados Nacional ou no CD-Rom com a bibliografia nacional portuguesa editada pela Biblioteca Nacional.

Esses registos são revistos no sentido de lhes serem introduzidos os dados relativos à distribuição, classificação, cotação CDU e indexação adoptados pelo Departamento de Documentação.

Uma vez completado o tratamento biblioteconómico são distribuídos os respectivos documentos secundários pelas bibliotecas, isto é, as bibliotecas que não dispõem de meios informáticos recebem o livro de registo e as fichas impressas em computador. Para as bibliotecas que já dispõem de software PORBASE ou outro compatível enviamos disquetes com os nossos registos. Enviamos também as etiquetas que permitem a arrumação em estante classificada para todas as bibliotecas.

Essas etiquetas são também produzidas no departamento de documentação e nelas estão impressos o título do documento, o número do registo, a cota CDU, a biblioteca a que se destinam e o código de barras com o número de registo para identificação das espécies.

Estas etiquetas são enviadas para as bibliotecas respectivas, onde os encarregados se responsabilizam pela sua colocação no interior e na lombada do livro, com a finalidade de localização das espécies em estante classificada.

Entretanto as bibliotecas vão recebendo os livros ou outros documentos que lhes são enviados pelo Serviço ou pelos editores.

Numa perspectiva de gestão integrada o departamento está a organizado em 4 sectores, ligados em rede local, de acordo com o organigrama (figura 1).

1. Aquisições:

Neste sector distinguem-se duas áreas:

Registo prévio - onde são seleccionados os exemplares entregues pelos editores para aquisição e são encaminhados os que deverão ir à Comissão Consultiva de Apreciação de Livros. Gere o stock de duplicados.

2. Tratamento de documentos:

Elabora registos bibliográficos e procede à análise de assuntos:
determina a arrumação na estante atribuindo a cota CDU.

3. Controlo de autoridade e referência:

Valida os registos completos, elabora os ficheiros de autoridade
(Pessoa, Instituição e Assuntos) e responde a pedidos de informação e consulta.

4. Produção e distribuição de documentos:

Produz os documentos necessários à organização e funcionamento das
Bibliotecas Gulbenkian.

Distribui os livros e materiais não livro pelas Bibliotecas Gulbenkian, sempre que os editores não os enviem directamente.

A gestão da correspondência recebida e enviada por este Departamento é feita no sector do **arquivo corrente**.

A centralização do tratamento biblioteconómico, que é tradição do Serviço, mantém-se, também, com o objectivo de facilitar o trabalho do pessoal em serviço nas Bibliotecas, o qual nem sempre é detentor da formação académica adequada.

O SBAL tem vindo a organizar acções de formação interna e externa com o objectivo de contribuir para a preparação e actualização do pessoal em serviço nas Bibliotecas da sua rede.

De notar que o recrutamento de pessoal, inicialmente dependente da Gulbenkian, passou, mediante protocolos com as autarquias a ser da responsabilidade destas. A nomeação dos encarregados de bibliotecas, é feita com o parecer da Inspeção de Bibliotecas deste Serviço.

Os bibliotecários e encarregados de biblioteca recebem orientação técnica e fomenta-se o permanente diálogo destes com o Departamento de Documentação e com os responsáveis pela orientação das diversas actividades de Extensão Cultural programadas pelo Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura.

Entre as acções de extensão cultural programadas para 1998, que vêm na linha do que se fez no ano anterior, destacamos conferências, encontros com escritores, concertos, teatro e cursos breves abrangendo um considerável leque de matérias, nomeadamente língua, literatura, arte, jornalismo e história e geografia de Portugal.

Através de um protocolo entre a Fundação e o Ministério da Ciência e Tecnologia têm vindo a ser instalados computadores ligados à Internet em 54 bibliotecas Gulbenkian. Prevê-se que maior número de bibliotecas possam vir a beneficiar de idêntico equipamento.

É óbvio que a reestruturação deste departamento está a ser feita perspectivando um futuro

com software que nos permita um efectivo diálogo em rede e a utilização da Internet para pesquisa dos nossos registos. Efectivamente, será possível, em breve, a pesquisa em linha da base de dados local PORBASE/CDS-ISIS através da Internet. Assim, cada biblioteca deixará de estar limitada ao espaço físico tradicional e passará a fazer parte de um espaço global alargado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NOTAS:

¹ FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - Relatório do Presidente: 20 de Julho de 1955 - 31 de Dezembro de 1959. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p.148.

² FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura. [Lisboa] : Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1994, p.11.

³ FERREIRA, David Mourão - Branquinho da Fonseca : percurso biográfico. «Boletim Cultural. Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas» .Lisboa, 6ª Série, nº 1 (Jan. 1984), p. 7.

⁴ ATAÍDE, Augusto Pereira de Bettencourt - **O problema das bibliotecas em Portugal**. Lisboa, [s. n.], 1914, (Lisboa: Tip. Mendonça), p. 6 e 11.

⁵ PRATES, Maria Cristina Costa Simões; MACHADO, Maria Antónia Saavedra - **Bibliotecas portuguesas: Subsídios para a sua história**. Lisboa: [s.n.], 1976, p. 128.

⁶ ATAÍDE, Augusto Pereira de Bettencourt - A organização da primeira biblioteca móvel portuguesa. «Anais da Biblioteca e Arquivos de Portugal». Coimbra, vol.1, 1ª Série, nº 3 (1915), p. 89-94.

⁷ FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - Relatório do Presidente: 20 de Julho de 1955 - 31 de Dezembro de 1959. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,1961, p. 132-133.

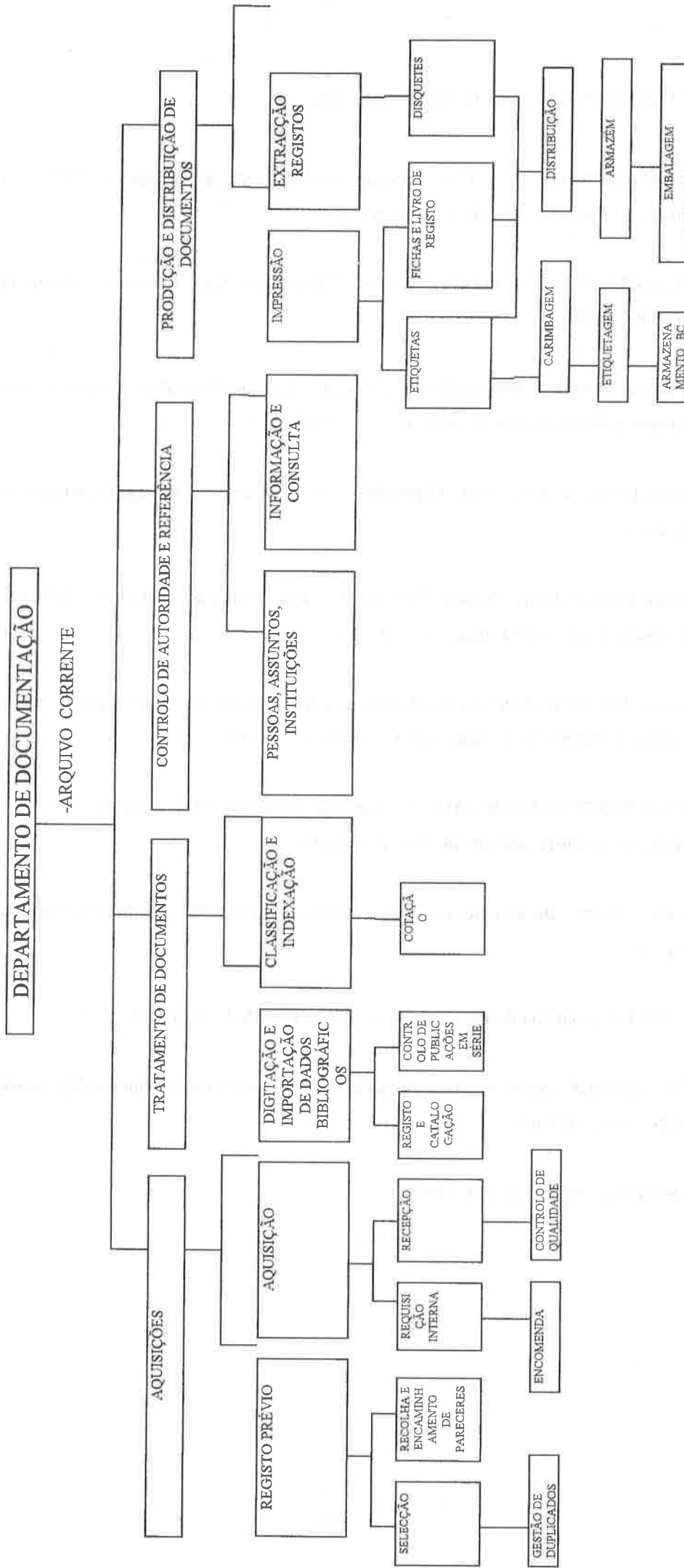
⁸ NUNES, Henrique Barreto - **Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal**. Braga: Autores de Braga, 1996, p. 31.

⁹ Rede de leitura pública: programa de apoio às bibliotecas públicas. [S. l. : s. n], 1997, p. 3.

¹⁰ FONSECA, Branquinho da -**Breve justificação das bibliotecas itinerantes e algumas informações acerca do seu funcionamento**. [S.l.: s.n., s.d.], p.3-5.

¹¹ Comissão Consultiva de Apreciação de Livros

Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura



03-05-2001